



Hilda Toledano / Maria Pia de Bragança (1907-1995), filha do rei D. Carlos ou burlona?

Hilda Toledano / Maria Pia of Bragança (1907-1995), daughter of King Carlos or a scammer?

*Paulo Drumond Braga*¹

RESUMO

Em 1957, uma misteriosa figura começou a reivindicar a sua condição de filha ilegítima de D. Carlos, rei de Portugal. Supostamente tinha nascido em Lisboa, em 1907. Viveu a maior parte da vida entre Espanha, França, Cuba e Itália, usando o nome de Hilda Toledano e, mais tarde, o de D. Maria Pia de Bragança. O Estado Novo português nunca a reconheceu como bastarda real e só depois de 1974 é que se fixou em Lisboa. Tendo perdido longas batalhas judiciais, veio a morrer em Verona, esquecida por todos, em 1995.

PALAVRAS-CHAVE: Portugal. Hilda Toledano. Maria Pia de Bragança. Rei D. Carlos. Bastardos.

ABSTRACT

In 1957, someone began to claim her status as the illegitimate daughter of D. Carlos, king of Portugal. Supposedly she was born in Lisbon, in 1907. She lived most of her in Spain, France, Cuba and Italy, using the name Hilda Toledano and, later, D. Maria Pia de Bragança. The Portuguese *Estado Novo* never recognized her as a royal bastard and it was only after 1974 that she settled in Lisbon. Having lost long legal battles, she died in Verona, forgotten by everyone, in 1995.

KEYWORDS: Portugal. Hilda Toledano. Maria Pia of Braganza. King Carlos I. Royal Bastards.

RESUMEN

En 1975, una misteriosa mujer empezó a reivindicar su condición de hija ilegítima de D. Carlos, rey de Portugal. Supuestamente, había nacido en Lisboa, en 1907. Vivió la mayor parte de su vida entre España, Francia, Cuba e Italia, bajo el nombre de Hilda Toledano y, más tarde, el de María Pía de Braganza. El Estado Novo portugués nunca la reconoció como hija bastarda del rey D. Carlos y sólo después de 1974 se mudó a Lisboa. Habiendo perdido largas batallas judiciales, terminó muriendo en Verona, olvidado por todos, en 1995.

PALLABRAS-LLAVE: Portugal. Hilda Toledano. María Pia de Bragança. Rey D. Carlos. Bastardos Reales.

¹ Doutor em História, investigador do Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta (Portugal). E-mail: pdrumondb@gmail.com.

* * *

Nos anos de 1950 surgiu uma aventureira que disse ser bastarda de D. Carlos, rei de Portugal, e chamar-se Maria Pia. Situava o seu nascimento em Lisboa, em 13 de março de 1907. A mãe seria Maria Amélia de Laredó e Murça, uma brasileira natural do Pará, filha de Armando Maurício Laredó e Laredó e de Maria Amélia Murça e Berhen, que tinham feito fortuna na Amazônia (PAILLER, 2006: 13). Com menos de mês de vida, e inexplicavelmente, teria sido levada para Madrid e aqui batizada, na igreja de San Fermín de los Navarros, alegadamente na presença do infante D. Afonso, irmão de D. Carlos. Tendo a igreja sido incendiada nos primeiros dias da Guerra Civil de Espanha (1936), o registo desapareceu para sempre (PAILLER, 2006: 22-24).

Nos anos que se seguiram a jovem foi vivendo com a mãe entre Madrid – onde disse ter sido mostrada a Afonso XIII, rei de Espanha, logo após o nascimento –, Paris, Vitória e Pau. Mais tarde relatou que, nesta última cidade, terá convivido com o 9.º duque de Cadaval e que, em férias frequentes na Riviera francesa, conheceu Nicolau I, rei deposto do Montenegro. Em 1925, desposou, em Havana, Francisco Javier Bilbao y Batista, oriundo de uma família de criadores de gado. Em 1926 ou 1928, deu à luz uma criança deficiente, Fátima Francisca. Já na prática separada do marido, estabeleceu-se de novo em Madrid, onde foi jornalista ao serviço do diário *ABC* e da revista *Blanco y Negro*, usando o pseudónimo Hilda Toledano. Nesta fase, disse ter convivido com Afonso XIII e com dois dos filhos deste, Afonso e Jaime, e ter conhecido o fundador da Falange, Jose Antonio Primo de Rivera, e o escritor Federico García Lorca (PAILLER, 2006: 24-32, 37).

À *posteriori* relatou um emotivo encontro com o alegado meio-irmão, D. Manuel II, que situou em 1926: “ce fut un tendre et sincère baiser reciproque, un vrai baiser portugais, mouillée, larmoyant et très sonore, que scella notre réconciliation” (BRAGANÇA, 1957: 59-60). Tal não deve ter passado de um

dos muitos exemplos da extremamente fértil imaginação da suposta bastarda de D. Carlos.

Entretanto, recorde-se que, em 1932, morreu D. Manuel II, o último rei de Portugal. A maioria dos monárquicos portugueses passou a reconhecer, como único pretendente ao trono, D. Duarte Nuno, neto do antigo rei D. Miguel, que residia na Áustria. Este príncipe não conseguiu a posse dos bens e rendimentos da antiga casa de Bragança que, por vontade do governo português, numa interpretação não consensual do testamento de D. Manuel II, deram origem à Fundação da Casa de Bragança. As autoridades portuguesas, incluindo o Chefe do Governo, Oliveira Salazar, assim como a maior parte dos monárquicos, sempre consideraram D. Duarte Nuno como chefe da casa real portuguesa (BRAGA, 2017: 63-86, *passim*).

A alegada bastarda real enviuvou em 1935 e, no ano seguinte, deixou Espanha com a filha, em virtude da eclosão da Guerra Civil. Viveu inicialmente em Havana, onde publicou, com o nome de Hilda Toledano, *La hora de Alfonso XIII* (1937), uma defesa do rei deposto em 1931. Passou depois por Nova Iorque, acabando por se fixar em Roma. Insinuou mais tarde algo muito pouco provável, que as autoridades italianas a quisessem casar com o duque de Kent, filho de Jorge V, soberano do Reino Unido, e com um príncipe italiano que na década de 1940 se tornaria efêmero rei da Croácia com o nome de Tomislau II. Acabou por desposar, em 1939, em Roma, um coronel dos carabineiros, Giuseppe Blais, do qual veio a ter uma filha, Maria da Glória, nascida em 1946 (PAILLER, 2006: 29).

Posteriormente, referiu-se a uma viagem feita a Portugal em 1938, na qual teria sido recebida pelo duque de Maura, embaixador espanhol em Lisboa (BRAGANÇA, 1957: 197-199). Uma vez mais podemos estar perante a fértil imaginação da alegada bastarda.

Nos começos da década de 1950 esteve em Marrocos, aparentemente contactando com príncipes locais e com cabeças coroadas exiladas. Em 1954, publicou, em Espanha, o romance *Un beso y...nada más: confidencia consciente de una pecadora inconsciente*, assinado, como habitualmente, com o pseudónimo Hilda Toledano (PAILLER, 2006: 40).

Em 1957, já com o nome de Maria Pia de Saxe Coburgo Bragança, saiu, em Paris, *Mémoires d'une infante vivante*. Referindo ser filha do rei D. Carlos, não reivindicou então quaisquer direitos dinásticos, defendendo que a Coroa portuguesa deveria caber a Isabel, condessa de Paris, descendente dos imperadores do Brasil e, por conseguinte, dos reis de Portugal (BRAGANÇA, 1957: 203-208)².

Mas rapidamente, ainda no mesmo ano, a suposta bastarda real começou uma longa e obsessiva batalha por um título e por um património que se achava vinculado à Fundação da Casa de Bragança. De facto, em junho, o embaixador de Portugal em Paris, Marcelo Mathias, recebeu-a “na suposição de que seria alguma das irmãs, primas, cunhadas” de D. Duarte Nuno para “solicitar qualquer indicação de visto ou outra relativa a uma eventual viagem a Portugal”. Quando percebeu que a senhora em causa – que lhe falou “num português abrasileirado” – pretendia que as autoridades lusas reconhecessem a sua filiação e título, que já constavam do passaporte italiano, que exibiu, dela se livrou delicadamente. Tudo isto foi relatado pelo diplomata em carta a Salazar. Na mesma, acrescentou que o embaixador do Brasil na capital italiana lhe confidenciara “que em Roma isto tudo não era levado a sério” e que a autointitulada princesa fizera uma conferência sobre os seus alegados direitos dinásticos. E permitiu-se rematar: “Creio que tudo isto é uma palhaçada” (MATHIAS, 1984: 402-403).

No mês seguinte, surgiu uma petição de vários portugueses para que a senhora em causa se proclamasse rainha de Portugal com o nome de D. Maria III (PAILLER, 2006: 48-50). Ainda em 1957, em dezembro, em Roma, João Cabedo – que se dizia marquês de Serra Grande e lugar tenente de “Sua Alteza Real a princesa D. Maria Pia de Saxe-Coburgo Bragança” – escreveu a Marcelo Caetano, ministro da presidência, apresentando o caso da alegada bastarda de D. Carlos, classificada como “escritora, poetisa e compositora” e pedindo-lhe a opinião sobre a forma de agir. Não deixando de criticar D.

² Isabel (1911-2003) era filha de D. Pedro de Alcântara, um dos pretendentes ao trono imperial brasileiro. Em 1931, desposou Henrique, conde de Paris, e foi mãe de onze filhos. Uma de suas irmãs, D. Maria Francisca, casou, em 1942, com D. Duarte Nuno, duque de Bragança.

Duarte Nuno, ao aludir à “frouxidão do seu pretense direito”, assinalou, a fechar a missiva: “Julgamos que apoiar a entrada de Sua Alteza Real em Portugal e o seu reconhecimento à sucessão ao trono desse país é um direito que assiste a todo o português livre e consciente da própria opinião” (Lisboa, A.N.T.T., A.M.C., caixa 22, Correspondência, Causa Monárquica Constitucional- Legitimista, n.º 1). A carta foi acompanhada de uma pagela de propaganda de uma autointitulada Causa Monárquica Constitucional- Legitimista, alegadamente sediada em Paris, e que ostenta fotografias de D. Carlos e da suposta filha, uma em criança (provavelmente tratava-se de uma qualquer criança dos inícios do século XX...) e outra em adulta (Lisboa, A.N.T.T., A.M.C., caixa 22, Correspondência, Causa Monárquica Constitucional- Legitimista, n.º 2). Endereçou missivas idênticas ao embaixador de Portugal em Paris e ao visconde de Asseca, que as encaminharam a Salazar (Lisboa, A.N.T.T., Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Particular, 38).

1957, ano de todas as ofensivas, assistiu ainda ao início da correspondência da autodenominada princesa com Salazar. Em agosto, na sequência de uma entrevista entre o ditador português e o chefe do Estado espanhol, o generalíssimo Francisco Franco, que alguns viram como porta aberta para a restauração da Monarquia em Portugal, escreveu, de Roma, ao chefe do governo. Apresentou-se-lhe como “filha reconhecida de Sua Majestade el-rei D. Carlos I” e “irmã consanguínea de D. Manuel II” e pediu que lhe reconhecessem os seus direitos e a autorizassem a residir em Portugal (Lisboa, A.N.T.T., A.O.S., Correspondência Particular, 38). Dias depois, em missiva datada de Paris, criticou o patrocínio dado pelo governo português a D. Duarte Nuno, que classificou como “descendente direto do usurpador que Portugal banuiu em 1833” [aliás, 1834], considerando que tal só era possível por haver uma total ignorância da sua própria existência (Lisboa, A.N.T.T., A.O.S., Correspondência Particular, 38). Em fevereiro de 1958, agradeceu, por telegrama, a presença de Salazar nas cerimónias evocativas do cinquentenário do regicídio (Lisboa, A.N.T.T., A.O.S., Correspondência Particular, 38).

Segundo um dos seus advogados em Portugal, Mário Soares, a autodenominada princesa chegou a avistar-se, em 1957 ou data próxima, com o presidente da República, Craveiro Lopes, o que terá suscitado a Salazar o desabafo: “O quê, mais um pretendente? Para me fazer dores de cabeça já me basta o que cá tenho!” (SOARES, 1974: 275). Parece altamente duvidoso que o Chefe de Estado, sempre cioso do seu papel de guardião mor da República – como várias vezes se viu em tudo o que a D. Duarte Nuno dizia respeito (BRAGA, 2017: 208, 237) – acesse a receber alguém que dizia ser filha, ainda que bastarda, de um rei.

Em junho de 1958, José Cabedo informou o ministro da Justiça, Antunes Varela, que cortara relações com a autodenominada princesa, aludindo às suas “pretensões rapaces” e à sua “absoluta falta de dignidade”. Aparentemente, a mesma havia-lhe confidenciado a sua intenção de entrar na posse do património deixado por morte de D. Manuel II, intentando para isso uma ação judicial contra a Fundação da Casa de Bragança. O antigo lugar-tenente da alegada bastarda solicitava, assim, ao ministro que não lhe fosse feito o registo do certificado de batismo na conservatória dos registos centrais e que fosse impedida de entrar em Portugal (Lisboa, A.N.T.T., A.O.S. Correspondência Particular, 38).

Ainda em 1958, em dezembro, achando-se em Lisboa, a autodenominada D. Maria Pia dirigiu-se de novo por escrito a Salazar, com quem se mostrou extremamente lisonjeira. Num português altamente deficiente, escreveu que, “com motivo das próximas páscoas natalícias, desejava cumprimentá-lo e apresentar os meus votos de máximas felicidades a quem soube há trinta anos fazer de Portugal todo o ano: Natal”. Pedia proteção e justiça e solicitava a obtenção da nacionalidade portuguesa, concluindo: “E permita a uma verdadeira portuguesa que há cinquenta anos chora pela sua Pátria, demonstrar-lhe o seu agradecimento e a sua devoção” (Lisboa, A.N.T.T., A.O.S., Correspondência Particular, 38).

Em maio de 1959, a alegada bastarda de D. Carlos requereu a concessão da nacionalidade portuguesa ao presidente da República, o contra-almirante Américo Tomás (Lisboa, A.N.T.T., A.O.S., Correspondência

Particular, 38). Em março de 1962, na última das cartas a Salazar que até nós chegou, acusou um dos meios-irmãos de D. Duarte Nuno, D. Miguel, de ter sido “o principal instigador” do regicídio. Por outro lado, insinuava responsabilidades daquele a quem chamou “o falso duque Duarte de Bragança que Vossa Excelência sustenta violando as leis e a Constituição monárquica” no prematuro desaparecimento de D. Manuel II, já que era então a “pessoa que mais está aproveitando da morte pouco clara de meu irmão”. Solicitava, assim, que o derradeiro soberano luso fosse autopsiado por “peritos independentes” a fim de se averiguar a “verdadeira causa” do seu falecimento. Numa missiva em que quase cada palavra destila ódio, Salazar foi instado a libertar-se de uma alegada influência dos “miguelistas”, que também são classificados, de forma delirante, como “austríacos”, advertindo, em tom quase apocalíptico, serem “eles que impedem de salvar hoje a nação, dando-lhe pão e paz. Eles que impedem de ter uma justa compreensão para as aspirações do povo ao progresso e à liberdade” (Lisboa, A.N.T.T., A.O.S., Correspondência Particular, 38).

Salazar procurou, entretanto, informar-se da situação e acautelar problemas futuros, mobilizando diplomatas portugueses em França e em Itália, o ministro da Justiça, Antunes Varela, e o dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira. O embaixador na Santa Sé, António de Faria, relatou posteriormente que fez o que lhe foi possível para contrariar a ofensiva da alegada bastarda de D. Carlos junto da corte pontifícia e promoveu mesmo uma audiência privada de Pio XII a D. Duarte Nuno, mulher e filhos, procurando lembrar quem era o verdadeiro duque de Bragança. Este, por seu turno, solicitou a ajuda de Humberto II, rei deposto da Itália, e dos pretendentes aos tronos de França (conde de Paris) e de Espanha (conde de Barcelona), não só para tentar descortinar as verdadeiras origens da autodenominada princesa mas igualmente para evitar que a mesma conseguisse figurar no celeberrimo *Almanaque Gotha* (BRAGA, 2017: 232). Em janeiro de 1958, em carta a Marcelo Matias, Salazar referiu-se às missivas que recebera da senhora em causa, comentando: “Aqui não se leva o caso muito a sério, mas eu pergunto a mim próprio porque é que aparece esta

pretendente ao trono já com 59/60 anos, quando nos 20 podia ainda interessar alguém. Penso que haverá por detrás disto alguma inspiração não monárquica mas republicana” (MATHIAS, 1984: 387).

E, de facto, a alegada bastarda de D. Carlos veio a aproximar-se do general Humberto Delgado, o candidato oposicionista às eleições presidenciais de 1958 que, tendo sido derrotado, mobilizara um movimento a favor da implantação da democracia em Portugal. Correspondiam-se, telefonavam-se e chegaram a encontrar-se em Roma. Em 1961, a autointitulada duquesa de Bragança esteve em Genebra numa conferência internacional sobre o Laos, aproveitando para chamar a atenção das grandes potências mundiais sobre a sua causa. No ano seguinte, fundou uma Liga Monárquica Independente, em apoio à Frente Patriótica de Libertação Nacional que Delgado criara anos antes (PAILLER, 2006: 57-62; ROSA, 2008: 891 e 896).

Entretanto, em maio de 1958, conseguiu que a paróquia de Madrid onde dizia ter sido batizada certificasse os dados constantes no registo, a saber, data, local de nascimento e filiação. Comunicou-o de seguida à paróquia lisboeta de Santa Isabel, que procedeu ao assentamento. Mas não logrou que a Direção Geral dos Registos e Notariado fizesse o mesmo (BRAGA, 2017: 233-234).

Em abril de 1964, D. Duarte Nuno, que se achava em Roma para assistir ao casamento de um primo, Carlos Hugo de Bourbon Parma, foi confrontado com uma notificação extrajudicial da suposta prima, que lhe exigia o fim do uso do título de duque de Bragança. O episódio assumiu foros de caricatural: o pretendente ao trono de Portugal foi abordado pelo oficial de justiça quando saía da basílica de Santa Maria Maior e, ao aperceber-se do que se tratava, procurou furtar-se, começando a falar em francês, mas acabou por se ver obrigado, por um corpo policial, a aceitar o documento, tudo isto enquanto estudantes espanhóis presentes no casamento cantavam *Valencia, dulce tierra*, tentando, assim, abafar a gritaria e tornar o incidente incompreensível para os presentes. Sem sucesso, obviamente. Pelo menos um

jornal de Roma, *L'Espresso*, relatou o incidente, na sua edição de 10 de maio. Salazar ficou, como sempre, a par de tudo (BRAGA, 2017: 234).

A partir de 1961, correu em Constança um processo, movido contra D. Augusta Vitória de Hohenzollern-Sigmaringen, viúva de D. Manuel II, pela alegada bastarda de D. Carlos, que se considerava a única herdeira legítima do último rei de Portugal. Em janeiro de 1965, D. Duarte Nuno e a prima trocaram cartas, escritas em alemão. A segunda lamentou o “vergonhoso ataque contra a família, a sua honra e herança do Manuel” (BRAGA, 2017: 234).

Em outubro de 1966, o duque de Bragança solicitou a um tribunal eclesiástico da diocese de Madrid que o nome de D. Carlos fosse apagado do certificado de batismo da alegada prima, alegando, à luz do direito canónico, insuficiência de provas sobre a paternidade. Mas não o conseguiu, apresentando, em fevereiro de 1972, idêntico pedido, neste caso ao Tribunal Apostólico da Sacra Rota Romana que, em dezembro, o indeferiu, fundamentando que a D. Duarte Nuno, mero primo em sexto grau do rei assassinado em 1908, faltava legitimidade para agir como autor do processo. Já depois da morte do duque de Bragança, o seu sucessor, D. Duarte Pio, reabriu o processo em Roma, mas a decisão da Rota, datada de 1982, não foi diferente da anterior (PAILLER, 2006: 65-68).

Entretanto, em 1965, a suposta bastarda esteve em Portugal e foi presa depois de ter discursado junto ao monumento erguido a D. Carlos na frontaria do Palácio da Ajuda. O seu advogado em Portugal, Francisco Sousa Tavares, foi mobilizado, mas a cliente só foi libertada a pedido do embaixador da Itália em Lisboa (PAILLER, 2006: 66-67).

Quando Marcelo Caetano chegou a poder (1968), a autointitulada duquesa de Bragança escreveu-lhe. Sabemo-lo por missiva de março de 1971, que explicita ser já a quarta, embora somente uma tenha chegado até nós. Na mesma pode ler-se: “Venho rogar a V. Ex^a se digne autorizar de modo expresse o nosso regresso a Portugal e nossa permanência ali com as medidas de proteção e segurança inerentes – o que parece de justiça – pois outras pessoas

já regressaram à Pátria fruindo das garantias dadas por V. Ex.^a ” (ANTUNES, 1985: 363-364).

Com a queda do Estado Novo, passou a viver em Portugal, recebeu passaporte e bilhete de identidade lusos, ainda em 1974, e conseguiu, no ano seguinte, que a 6.^a Conservatória do Registo Civil de Lisboa lhe reconhecesse a paternidade. Conviveu, entre outros, com os advogados e políticos Mário Soares e Francisco Sousa Tavares, com as escritoras Sofia de Melo Breyner e Natália Correia e com o historiador A. H. de Oliveira Marques (DACOSTA, 2013: 176-177). Aos mesmo tempo, foi dando a conhecer a sua história em revistas, jornais e até programas de televisão.

Em 1978, processou o Estado português, a Fundação da Casa de Bragança e D. Duarte Pio, mas perdeu a causa e a filiação deixou de constar nos seus documentos. Em 1982, apresentou um pedido de restituição dos bens que haviam sido da Casa de Bragança, que foi rejeitado, no ano imediato, pelo Supremo Tribunal de Justiça em Lisboa, com o argumento que a identidade do pai não estava devidamente provada (PAILLER, 2006: 73-74).

Em 1982, morreu a sua filha mais velha e, no ano seguinte, foi a vez do marido, Giuseppe Blais. Em 1985, desposou António João da Costa Amado-Noivo, 45 anos mais novo, que vivia em Londres e, aparentemente, era homossexual (PAILLER, 2006: 104).

Desgostosa com o rumo dos acontecimentos em Portugal e dando-se mal com a filha e o genro, o escultor espanhol Miguel Ortiz Berrocal, fixou-se em Verona, onde, em 3 de abril de 1987, renunciou aos direitos dinásticos que dizia possuir em favor do cidadão italiano Rosario Poidimani, que anteriormente havia perfilhado (PAILLER, 2006: 9-11). Entretanto, em 1988, Sofia da Grécia, rainha de Espanha, recusou-se, delicadamente, a recebê-la (PAILLER, 2006: 108).

A suposta bastarda de D. Carlos morreu em Verona, em 6 de maio de 1995, cega, pobre e esquecida, tendo sido sepultada junto a Giuseppe Blais, no cemitério monumental da referida cidade italiana. No ano seguinte, foi a vez de ocorrer a morte do terceiro marido (PAILLER, 2006: 135). Em 2015 houve uma petição pública, sem seguimento, para que os seus restos mortais

fossem trasladados para o panteão dos Braganças, em São Vicente de Fora (Lisboa). (<https://peticaopublica.com/?pi=mariapiadebraganca>)

Inteligente, hábil, exibicionista, manipuladora e sedutora, conseguindo sem grande dificuldade deslumbrar o sexo oposto, esta mulher criou uma narrativa onde abundam imprecisões, lacunas e contradições, o que leva a considerar altamente improvável a sua filiação (AMARAL, 2006; LENCASTRE, 2012: 222).

É inevitável comparar a sua história com a de Anna Anderson que, a partir de 1922, procurou, de forma obsessiva, provar que era a grã duquesa Anastácia, filha mais nova do czar Nicolau II da Rússia. Teve enorme visibilidade em vários países da Europa e nos Estados Unidos da América e aqui veio a morrer, em 1984, rondando os 90 anos. Exames de ADN realizados depois da queda da União Soviética (1991) provaram, sem sombra de dúvida, que nenhum membro da família imperial – czar, czarina, czarevich e as quatro grã-duquesas – sobreviveu ao morticínio de Ekaterinburg ordenado por Lénine e levado a cabo em julho de 1918.

Fontes e bibliografia

Fontes manuscritas

Lisboa, A.N.T.T., Arquivo Marcelo Caetano (A.M.C.), caixa 22, Correspondência, Causa Monárquica Constitucional- Legitimista, n.º 1

Lisboa, A.N.T.T., Arquivo Oliveira Salazar (A.O.S.), Correspondência Particular, 38

Fontes impressas

ANTUNES, José Freire. *Cartas particulares a Marcello Caetano*. vol. II. Lisboa: Dom Quixote, 1985.

BRAGANÇA, Maria Pia de Saxe Coburgo. *Mémoires d' une infante vivante*. Paris: Éditions Mondiales, 1957.

MATHIAS, Marcello. *Correspondência Marcello Mathias / Salazar. 1947 / 1968*. Lisboa: Difel, 1984.

SOARES, Mário. *Portugal amordaçado. Depoimento sobre os anos do fascismo*. [Lisboa]: Arcádia, 1974.

Páginas na Internet

<https://peticaopublica.com/?pi=mariapiadebraganca>. Acesso em: 06 março de 2024.

Estudos

AMARAL, Augusto Ferreira do. “Posfácio”. In: PAILLER, Jean, *Maria Pia, a mulher que queria ser rainha de Portugal*. Lisboa: Bertrand, 2006, p. 141-146

BRAGA, Paulo Drumond. *Nas teias de Salazar. D. Duarte Nuno de Bragança (1907-1976) entre a esperança e a desilusão*. Lisboa: Objectiva, 2017.

DACOSTA, Fernando. *O botequim da liberdade*. Lisboa: Casa das Letras: 2013.

LENCASTRE, Isabel. *Bastardos reais. Os filhos ilegítimos dos reis de Portugal*. Alfragide: Oficina do Livro, 2012

PAILLER, Jean. *Maria Pia, a mulher que queria ser rainha de Portugal*. Lisboa: Bertrand, 2006.

ROSA, Frederico Delgado. *Humberto Delgado. Biografia do general sem medo*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008.

Recebido em janeiro de 2024.
Aprovado em julho de 2024.